café pequeno

Livro de Carlos Berriel sobre o ideário e a trajetória de Paulo Prado revela as digitais do baronato cafeicultor de SP na origem do modernismo

CARLOS ORSI
carlos.orsi@reitoria.unicamp.br

O professor Carlos Berriel, autor de *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*: "O meu trabalho avalia o modernismo do ponto de vista da sua gênese enquanto consciência de classe social"

Semana de Arte Moderna de 1922 foi, no plano ideológico, a iniciativa de uma "oligarquia racista, reacionária e ao mesmo tempo modernista", para servir aos interesses de classe da elite cafeicultora e a um projeto de hegemonia paulista, que via o Brasil como uma colônia a ser explorada pela metrópole de Piratininga. Mesmo autores como Mário de Andrade foram próximos a esse projeto, cuja justificativa é construída no livro *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, cafeicultor, historiador e grande mecenas da Semana de 22. Isso é o que afirma o professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp Carlos Berriel, autor de *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*, livro sobre a trajetória e a obra de Prado.

Publicado originalmente em 2000, o livro, nascido de uma tese de doutorado defendida em 1994, foi relançado neste ano, em edição revista e ampliada, pela Editora Unicamp. Em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, Berriel falou não apenas sobre a trajetória intelectual de Paulo Prado e a influência de seu pensamento, mas também sobre a necessidade de se rever o lugar do modernismo paulista no cânone da literatura brasileira.

A festa de lançamento do livro, em Campinas, acontece no próximo dia 15, no Empório do Nono, em Barão Geraldo, a partir de 18 horas.

Abaixo, os principais trechos da entrevista, na qual o autor defende também a ideia de que o modernismo paulista sofreu influências inclusive da visão colonialista desenvolvida por intelectuais portugueses no fim do século 19.

Jornal da Unicamp – O senso comum sobre a Semana de Arte Moderna de 22 diz que os artistas de vanguarda engabelaram a elite do café, fazendo os barões pagarem por um espetáculo que eles não entendiam e que, no fundo, os afrontava. Seu livro indica que não foi bem isso... No fim, quem estava usando quem? Os artistas usaram os cafeicultores, ou vice-versa?

Carlos Berriel – Acho que o enfoque correto não é esse. O modernismo paulista é a estética da elite do café, é praticamente a sua visão de mundo. Não se trata de dois partidos que, com consciência limitada, andaram juntos durante um tempo. Isso não é verdade. A tese que defendo, nesse livro, é muito mais ampla: o meu trabalho avalia o modernismo do ponto de vista da sua gênese enquanto consciência de classe social, enquanto projeto político. É um estudo de consciência de classe. A classe de origem do modernismo paulista é a do baronato cafeicultor.

JU – Mas tem a questão do Oswald de Andrade, que depois virou comunista...

Berriel – Oswald de Andrade se separa do núcleo duro do modernismo, do grupo do café, de 28 para 29. Aliás, ele não se separou, ele foi expulso desse grupo porque, como editor da Revista de Antropofagia, permitiu que fosse publicado um artigo tratando, de forma muito desrespeitosa, o *Retrato do Brasil*, o livro de Paulo Prado que tinha acabado de sair. E Oswald tem uma origem de classe um pouco diferente. Embora o lado materno seja sim, da aristocracia do café, o pai era um empresário moderno, que foi quem instalou o sistema de bonde em São Paulo e quem urbanizou o que hoje são os Jardins. Mas mesmo sendo membro do Partido Comunista, Oswald manteve sua teoria da An-

tropofagia, que é modernista.

Mas nós não podemos falar do modernismo como uma coisa unívoca – cada caso é um caso, cada obra existe em si mesma e tem sua razão própria. No fundo, cada autor e cada obra possuem um percurso diferente. E também é importante considerar que existe o modernismo paulista, e existem as letras modernas, que não são a mesma coisa. O modernismo é moderno, mas nem todos os modernos são modernistas. Há a tendência, de uma historiografia marcada pelo próprio modernismo, de trazer para as águas do modernismo autores e obras que não têm nada a ver com esse movimento, como por exemplo Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e outros. Então, existem as letras modernas em Minas, no Rio de Janeiro, no Nordeste, etc., e existe o modernismo paulista, que são coisas diferentes. Essa distinção é essencial, e sua ausência é muito danosa para a compreensão da época.

JU – Em uma das notas de seu livro aparece José Lins do Rêgo, reclamando dos modernistas paulistas.

Berriel – Ele dizia: nós do Nordeste não temos nada a ver com isso. E ele é super hostil ao movimento. Graciliano Ramos não chega a escrever sobre isso, mas pelo depoimento de pessoas que foram muito próximas a ele sabemos que a sua opinião de que o modernismo paulista era a pior possível.

Acho que é fundamental tomar autor por autor e ler o que cada um escreveu, e não o que nós achamos que eles disseram. Meu livro busca manter a disciplina de ler exatamente o que o autor disse, exatamente o que ele está dizendo. Procurei evitar – e espero ter conseguido – acrescentar qualquer coisa minha, a favor ou contra. Procurei manter uma disciplina de objetividade diante do que o texto efetiva-

mente diz. Quis apenas colocar o discurso em pé: ele disse isso. Quais os pressupostos? São esses aqui, conforme está na obra. Foi uma coisa muito difícil, mas não se pode fugir dessa prática.

JU – Algo que chama muito a atenção na obra de Paulo Prado é a questão do racismo, ou racialismo, que em certos pontos me fez lembrar das polêmicas recentes em torno da obra de Monteiro Lobato. Essa questão de raça era uma coisa muito forte na cultura paulista daquela época?

Berriel – As teorias raciais eram uma coisa muito forte da época, e não apenas no Brasil. O final do Império, a libertação dos escravos, ainda era uma coisa recente... No Brasil temos a tradição de que classe social é raça, que vem do problema da escravidão. E é algo de que não se livra do dia para a noite. E já que estamos falando da elite rural, eles eram ex-escravocratas, e o fato de alguns serem abolicionistas não implicava necessariamente que não fossem racistas. Isso é uma coisa muito presente na cultura brasileira, e aquele foi um período no qual o Brasil ia buscar as suas teorias, os seus arcabouços teóricos, no exterior. Foi comum, nessa época, ir buscar as teorias raciais e trazê-las para cá – teorias que depois deram no que deram.

Para sermos justos com esses autores, precisamos lembrar que nem Paulo Prado, nem Monteiro Lobato ou qualquer outra pessoa, sabia que daí viriam os campos de concentração, por exemplo. Eles não sabiam nem tinham como saber. Então, não podem ser responsabilizados por uma coisa que ainda viria a ocorrer. Porém, eles beberam da mesma fonte teórica do racismo "científico", e isso precisa ser levado em consideração.

Continua nas páginas 6 e 7